



DESAFIOS PARA EFETIVAÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO QUE FORTALEÇA A IDENTIDADE ÉTNICA DOS ALUNOS NEGROS E QUILOMBOLAS

Eliete Freitas da Rocha¹
UNEB-Campus VI, Caetité-BA, Brasil

Luciana Alves Pereira Ribeiro²
UNEB-Campus VI, Caetité-BA, Brasil.

Resumo: O propósito dessa pesquisa é compreender os desafios para construção e implantação de um currículo fundamentado na trajetória de vida, luta e resistência dos afro-brasileiros, buscando sempre uma interação com os saberes da escola e com os saberes da comunidade onde a instituição escolar se insere. Aborda o processo de luta do povo negro e quilombola em prol de uma educação que fortaleça, de fato e de direito, a identidade étnica dos alunos negros e quilombolas, que embora tenha avançado no sentido de elaborações e promulgações de Leis e Diretrizes como, a Lei 10.639/2003 que determina a obrigatoriedade da inclusão no currículo oficial da rede de ensino a história e cultura da África e dos afro-brasileiros, e das Diretrizes Nacionais e Estaduais Para Educação Escolar Quilombola, ainda há vários desafios a serem superados, considerando que ainda prevalece na maioria das escolas brasileiras um currículo pautado na cultura europeia, onde são trabalhados conteúdos descontextualizados com a realidade dos alunos, além da carência de formação continuada para professores e gestores, voltada para a Educação para as relações étnico-raciais e quilombola. Para tanto, realizamos uma revisão bibliográfica, através de leituras sistematizadas de artigos e livros de autores que abordam a temática em questão.

Palavras-chave: Currículo. Educação Quilombola. Identidade Étnica. Resistência.

Introdução

Este texto propõe apresentar a pesquisa que vem sendo realizada. Fazendo-se uma abordagem e análise do movimento negro unido e organizado que sempre lutou de forma destemida em prol de uma educação que permita às crianças, adolescentes e jovens negros a conhecerem a história de vida, luta, bravura e resistência dos africanos e afro-brasileiros no processo de construção da sociedade brasileira. Direitos estes que não são respeitados em função do descaso de gestores das três esferas de poder, principalmente, no que tange à educação, visto que as leis estabelecidas pela Constituição Brasileira que garantem a todos a igualdade de direitos sem distinção de qualquer natureza, quando se trata, sobretudo, da população negra e quilombola, acabam não sendo cumpridas. Tendo, então, o negro como

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade (PPGELS), na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), no Campus VI, em Caetité-Bahia. elietefreitas@hotmail.com

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade (PPGELS), na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), no Campus VI, em Caetité-Bahia. luciana1978cte@gmail.com

“alvo” do racismo e de discriminações sociais e ideológicas. Contradizendo assim, com o mito da democracia racial que em pleno século XXI permanece fortemente na sociedade brasileira.

Falam-se tanto em igualdade, em combate ao preconceito e racismo e em construção de sujeitos críticos e reflexivos, mas na prática pouco tem avançado, visto que os currículos da maioria das escolas brasileiras ainda são elaborados de forma unificada, ou seja, segue-se um modelo padrão utilizado por todas as escolas de um determinado município, sem a participação da comunidade onde a escola está inserida, não condizendo com a realidade dos educandos. Não contribuindo assim, com a construção da identidade étnica dos alunos negros e quilombolas, e também com a equidade.

Dessa forma, discute ainda sobre o processo de construção e percepção de quilombo como espaço de luta, reivindicações e resistência do povo negro, além de breves comentários sobre lei e diretrizes que dão aporte à população negra e quilombola e dos desafios para implementá-las. No intuito de contribuir tanto para os estudantes, professores e demais profissionais que atuam nas escolas quilombolas e nas que recebem alunos oriundos de quilombos, quanto para outros alunos e educadores, que tenham interesse por educação para as relações étnico-raciais e quilombola. Incitando-os a perceber a importância da escola para o fortalecimento da identidade étnica.

Objetivos

Objetivo geral:

- Compreender os desafios para construção e implantação de um currículo fundamentado na trajetória de vida, luta e resistência dos afro-brasileiros, buscando sempre uma interação com os saberes da escola e com os saberes da comunidade onde a instituição escolar se insere.

Objetivos específicos:

- Analisar a Lei 10.639/2003 e as Diretrizes Curriculares para Educação Escolar Quilombola;
- Investigar a concepção e resignificação de quilombo;
- Compreender o processo de construção da identidade negra;
- Discutir sobre currículos específicos para escolas quilombolas.

Metodologia

IV SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO E III SEMINÁRIO DA CONSCIÊNCIA NEGRA

EDUCAÇÃO E MULTICULTURALIDADE: SABERES E SENTIDOS



Este estudo tem como base uma pesquisa bibliográfica, no intuito de adquirir um melhor embasamento teórico e alcançar os objetivos propostos. Inicialmente, foi feita uma revisão bibliográfica através de leituras sistematizadas de artigos e livros de autores que abordam a temática em questão, fazendo fichamentos, resumos e síntese das obras, visando obter e destacar os pontos relevantes discutidos pelos(as) autores(as).

Referencial teórico

Ao longo da história brasileira, foram estabelecendo novas concepções e ressignificações sobre quilombo. De acordo com O'Dwyer (1995, p.01) “[...] o termo quilombo não se refere a resíduos resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea.” Não sendo mais caracterizadas pelo isolamento e/ou por modo de vida diferenciado das demais comunidades rurais ligadas a um passado escravocrata, trata-se, entretanto, da reunião de negros, em sua maioria, unidos e resistentes por uma identidade étnica.

No intuito de reivindicarem a efetivação de seus direitos, ainda coibidos, como o acesso à terra, o fortalecimento da memória, da história, dos costumes e da construção da identidade, as comunidades denominadas remanescentes de quilombos vêm buscando seu fortalecimento e autonomia na interação, não somente entre seus membros, por possuírem interesses comuns, mas também em diálogos com outros quilombolas, em diferentes regiões do país. Para Arruti, ao serem assim identificadas, essas comunidades passam a ser reconhecidas “[...] como símbolo de uma identidade, de uma cultura e, sobretudo, de um modelo de luta e militância negra, dando ao termo uma positividade” (2006, p. 82).

Logo, os quilombos podem ser pensados como territórios patrimoniais que educam e são essenciais para a (re) elaboração e valorização da cultura africana e afro-brasileira no país, daí a importância da efetivação de uma educação voltada para tais valores. Trata-se de “[...] um processo indissociável, a marca do grupo é também a marca da terra, que se estabelece numa relação profunda de vivência” (ARAÚJO, 2011, p.6).

Após muitos anos de luta e reivindicações dos movimentos negros e quilombolas em prol de uma educação que permita às crianças, adolescentes e jovens negros e quilombolas a conhecerem a história de vida, luta e resistência dos africanos e afro-brasileiros no processo de formação da sociedade brasileira, bem como a construção da identidade étnica e valorização de suas origens, Leis e Diretrizes foram criadas, como a Lei Federal nº 10.639/2003 que representa um marco importante na luta do povo negro por uma educação

IV SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO E III SEMINÁRIO DA CONSCIÊNCIA NEGRA

EDUCAÇÃO E MULTICULTURALIDADE: SABERES E SENTIDOS



antirracista no Brasil, a qual exige a incorporação da temática História e Culturas Afro-Brasileiras, de cunho interdisciplinar, no currículo das escolas, deixando evidentes seus intentos e seu alcance: “Não se trata de mudar um foco etnocêntrico, marcadamente de raiz europeu, por um africano, mas de ampliar o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira.” (BRASIL, 2004, p. 17).

Não é fácil, entretanto, reconhecer os danos causados à população negra, pelo racismo e por posturas etnocêntricas e promover o ressarcimento em sala de aula. “[...] há um conjunto de representações presentes no imaginário social [...], que devem ser criticados em função da constituição de novas bases para o reconhecimento numa sociedade marcada pela diversidade e pluralidade cultural” (BRITO, 2011, 63). Uma dessas representações criadas pelo imaginário social e que deve ser combatida também na escola é o mito da “Democracia racial” que cria uma barreira para a construção da verdadeira sociedade democrática. A qual faz com que muitos continuem acreditando que, realmente, foram abolidos o racismo, o preconceito e a desigualdade de direitos.

Dessa forma, a escola pode/deve promover políticas afirmativas, que visem elevar a autoestima das crianças, adolescentes e jovens negros e quilombolas, ações que promovam o reconhecimento e a valorização de sua história, cultura e identidade, bem como o combate ao racismo e à desigualdade de direitos. Além de outras políticas de reparação, como as Diretrizes Curriculares para as Relações Étnico Raciais e as Diretrizes Curriculares para Educação Escolar Quilombola.

Para tanto, faz-se cogente que as escolas, sobretudo as localizadas em comunidades quilombolas ou que recebem alunos oriundos dessas localidades, desenvolvam propostas pedagógicas em parceria com a comunidade local, considerando seus saberes e fazeres. Pois como afirma Macêdo (2015, p. 105) “[...] as escolas quilombolas necessitam questionar os currículos e repensar as práticas educativas e as relações que estabelecem com as comunidades e as lideranças locais, para que possam gestar propostas de educação escolar a partir da realidade sociocultural dessas populações.” Que haja um engajamento por parte de toda comunidade escolar em fazer valer as leis e Diretrizes supracitadas, para que de fato e de direito, os saberes e fazeres dos afro-brasileiros construídos e reconstruídos ao longo da trajetória histórica, sejam considerados e respeitados, em que os moradores da comunidade quilombola onde a escola está inserida, principalmente os anciões, sintam-se participantes do processo ensino-aprendizagem, podendo-se adentrar aos portões da escola levando seus conhecimentos, história e cultura. Visto que de acordo com Moura (2007, p. 03) “Os habitantes dessas comunidades valorizam as tradições culturais dos antepassados, religiosas

IV SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO E III SEMINÁRIO DA CONSCIÊNCIA NEGRA

EDUCAÇÃO E MULTICULTURALIDADE: SABERES E SENTIDOS



ou não, recriando-as no presente. Possuem uma história comum e têm normas de pertencimento explícitas, com consciência de sua identidade”. Com as palavras de Nilma Gomes, é preciso descolonizar os currículos. Considerando que:

[...] a descolonização dos currículos é um desafio para a construção da democracia e para a luta antirracista. Descolonizar os currículos é reconhecer que, apesar dos avanços dos séculos XX e XXI, a colonidade e o próprio colonismo ainda se mantém incrustados nos currículos, no material didático, na formação das professoras, de professores, das gestoras e dos gestores da educação (GOMES, 2019, p. 231).

Percebe-se ainda que mesmo depois de mais de uma década da Lei 10.639/2003, além da promulgação de Diretrizes para Educação Escolar quilombola e Étnico-raciais, ainda há um currículo defasado, pautado na cultura europeia em que o negro e quilombola só são lembrados no dia treze de maio e vinte de novembro, de forma folclorizada. O material didático trabalhado não possibilita os educandos a se identificarem e se autovalorizarem. Nem tampouco oferece a eles o direito de expressar seus sentimentos, suas histórias e saberes. Pois conforme enfatiza Moura (2007, p. 06) “A escola tem um papel fundamental para os moradores dos quilombos contemporâneos, mas eles desejam uma escola [...] onde suas diferenças sejam respeitadas”.

Discussão/resultados

A pesquisa possibilitou uma melhor compreensão sobre uma educação que fortaleça, de fato e de direito, a identidade étnica das crianças negras e quilombolas, bem como os inúmeros desafios para implementá-la. As referências citadas são introdutórias, o texto reflete algumas leituras feitas e não citadas, outras a estas se somarão no decorrer da pesquisa para fundamentar a discussão sobre o tema.

Conclusão

Pode-se afirmar que ainda são muitos os problemas a serem identificados e analisados. Enfatizando que o anseio dos movimentos negros e quilombolas por um mundo mais justo e humano, por políticas públicas e afirmativas que os possibilitem viverem como cidadãos e cidadãos de direitos, e por uma educação que permita a reconstrução das origens e história dos africanos e afro-brasileiros, sempre fez e continuará fazendo parte do processo de luta e resistência.

Ademais, para alcançar uma educação que considere, de fato, os interesses da comunidade em que a escola se insere, respeitando suas raízes africanas e buscando resgatar

IV SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO E III SEMINÁRIO DA CONSCIÊNCIA NEGRA

EDUCAÇÃO E MULTICULTURALIDADE: SABERES E SENTIDOS



seus saberes e conhecimentos, impõe muitos desafios enfrentados na prática pedagógica, os quais precisam ser superados, tais como, a efetivação de um currículo que atenda às especificidades das crianças negras e/ou quilombolas, a formação continuada voltada para a Educação para as relações étnico-raciais e quilombola e a elaboração de materiais didáticos, em consonância com as especificidades dos educandos, que possibilitem o empoderamento, autoestima, o respeito à diferença e o fortalecimento da identidade étnica.

Trata-se de uma educação diferenciada que deve ser contextualizada para educar as crianças, adolescentes e jovens a partir da história de luta e de resistência do povo negro e quilombola, dos costumes, do respeito aos anciãos. Educar a partir dos saberes acumulados na vivência e organização coletiva. Neste sentido, os valores ancestrais, a importância das relações com a terra, com o sagrado e com as diversas formas de organização social e política podem/devem ser incorporadas no fazer pedagógico da escola.

Referências

ARAÚJO, A. K. S.; ARAÚJO, Clébio Correia de. **Quilombos Contemporâneos, Território, Memória e Educação: algumas considerações.** 2011.

ARRUTI, José Maurício. **Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola.** Bauru, São Paulo: Edusc, 2006.

BAHIA. **Diretrizes Curriculares Estaduais Para Educação Escolar Quilombola.** Secretaria Estadual de Educação. Salvador - Bahia, 2014.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.** Brasília: SECAD, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação – Secretaria de Educação a Distância. MOURA, Glória. **Educação Quilombola.** Salto Para o Futuro. Boletim, 10 julho 2007.

BRITO, José Eustáquio de. Educação e Relações Étnico-Raciais: desafios e perspectivas para o trabalho docente. **Revista Educação em Foco.** FAE. Campus BH/UFMG. Ano 14 - n. 18 – dez. 2011 - p. 57-74.

GOMES, Nilma Lino. O Movimento Negro e a intelectualidade negra descolonizando os currículos. In: **Decolonidade e pensamento afrodiáspórico.** Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

Macêdo, Dinalva de Jesus Santana. **Educação em Comunidades Quilombolas do Território de Identidade do Velho Chico BA:** Indagações acerca do diálogo entre as escolas e as comunidades locais. Salvador. 2015

O'DWYER, Eliane Cantarino. **Terra de quilombos.** Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 1995.